

cimento de alianças e no envolvimento dos movimentos noutras lutas políticas. Por outro lado, os partidos recrutavam quadros que tinham politizado nos movimentos. (Ibid, 2003, p. 80)

No PREC, os movimentos populares atuavam simultânea e articuladamente, construindo um novo sentido para o trabalho e as relações sociais mais amplas; passam a se responsabilizar pela decisão de como organizar a vida na cidade e no campo, o trabalho na fábrica, nas aldeias, nas empresas industriais e comerciais, na escola, como resolver o problema de moradia, de creche etc.

Sabemos que identificar saberes do trabalho associado significa, em última instância, resgatar os saberes que derivam da experiência histórica da classe trabalhadora. Em seus estudos sobre a cultura dos trabalhadores no século XVIII e XIX, Thompson afirma que classe social é uma formação tanto cultural como econômica, pois são as experiências comuns (herdadas ou partilhadas) que criam uma identidade de interesses que se diferem (e geralmente se opõem) a de outros homens. Em *A miséria da teoria* explica que, pela experiência, os trabalhadores não apenas reproduzem experiências e as introjetam em sua consciência. As experiências não têm um caráter apenas cumulativo, mas são fundamentalmente qualitativas, provocando

(...) mudanças no ser social que dão origem à *experiência* modificada; essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16)

E é sobre parte desse “material” histórico, carregado de experiências modificadas, que pretendemos nos debruçar. Afinal, a sociedade portuguesa viveu o que se chamou de ‘efeito panela de pressão’, o que, nas palavras de Rui Canário (2007, p.18) representou uma verdadeira “explosão de autonomia”.

Greves ocupações, autogestão e controle operário

Os trabalhadores não se restringiram a fazer pressão sobre os patrões; as experiências coletivas foram as mais diversas: elaboração de ‘cadernos de reivindicações’ (para tratar das questões relativas ao ‘saneamento’⁴, contra as demissões e pela melhoria das condições de trabalho); manifestações (em solidariedade a outras comissões de trabalhadores e moradores; contra as demissões

⁴ A expressão ‘saneamento’ deve ser entendida no seu sentido amplo de detectar, depurar e expurgar as infiltrações fascistas/policiais. No estudo promovido por Lima, Santos e Ferreira, “o saneamento pode ter causas diversificadas (comprometimento político, prepotência, incompetência, corrupção), aparecendo estas justificações por ordem decrescente de frequência” (1976, p.52). A ‘sabotagem econômica’ aparecerá como motivo, a partir de junho de 1974.

em massa, a política governamental etc.); greves de baixa produção (operação tartaruga); greve geral; ocupações, controle operário e autogestão. Entre o dia 25 de Abril e 31 de Maio de 1974, a imprensa diária de Lisboa havia noticiado conflitos de trabalho em 158 empresas, sendo 76 delas com mais de 500 trabalhadores. Este período caracterizou-se pela luta reivindicativa, na qual se dão as primeiras manifestações de movimento político que se acentuará em janeiro/março de 1975; é marcado pela “‘descompressão’ política e ideológica do 25 de Abril, que liberta um conjunto de tensões sociais contidas até então”. (SANTOS, LIMA E FERREIRA, 1976, p. 56)

Durante os 48 anos de fascismo a greve havia sido proibida. Na prática, com a criação das comissões de trabalhadores, esse direito foi exercido livremente após o 25 de Abril. Para Pires (s/d, p. 244), apesar dos apelos de contenção, “a maior surpresa foi verificar que os trabalhadores não eram controláveis por nenhum partido ou organização política.” Os operários ‘feriam’ a própria Lei de Greve (Decreto-Lei n. 392/74, de 27 de Agosto de 1974), dado que a regulamentação imposta pelo Governo Provisório se constituía numa espécie de ‘Lei Antigreve’. O decreto proibia a ocupação dos locais de trabalho, garantia a liberdade de trabalho dos não grevistas e às entidades patronais o direito de encerrar a empresa, contanto que notificasse aos trabalhadores num prazo não inferior a sete dias. Mesmo assim, as greves continuaram a se multiplicar. A Intersindical e o Partido Comunista atribuíam a origem das greves a provocadores reacionários; “embora, uma vez ou outra, elementos reacionários e fascistas tenham participado no desencadear da greve, a verdade é que a maioria das greves foi de inteira iniciativa dos próprios trabalhadores”. (Ibid, p.256)

Durante o PREC, os processos de trabalho em que os trabalhadores tomaram para si a responsabilidade de controlar e definir os rumos da produção denominavam-se experiências de “autogestão” ou de experiências de “controle operário”. Embora nossa intenção seja focalizar *apenas* os processos denominados de ‘autogestionários’, torna-se necessário enfatizar que essas duas formas de ocupação dos espaços/tempos do trabalho na fábrica representavam um ‘divisor de águas’ das forças políticas que disputavam os rumos do processo revolucionário em curso. A polêmica sobre a opção por práticas de ‘autogestão’ ou por práticas de ‘controle operário’ ocupava um lugar importante na luta de ideias no seio da esquerda; a disputa tinha como cenário o apoio ou não à Aliança Povo-MFA e ao Governo Provisório.

Para Álvaro Cunhal, do Partido Comunista Português – PCP, em virtude do abandono das empresas pelos patrões, o controle operário tinha como objetivo assegurar a sobrevivência das unidades de produção, evitando o caos econômico. Nesse horizonte, “o acesso revolucionário dos trabalhadores aos ‘segredos’ das empresas, revelou os abusos, as ilegalidades, as fraudes, o boicote, a sabotagem do patronato” (Cunhal, 1994, p. 120). Também é ilustrativo o que nos diz Abreu (s/d) na ocasião da I Conferência Nacional pelo Socialismo Autogestionário, realizado em maio de 1978:

“O controlo operário permite aos trabalhadores imporem sua vontade, sem no entanto se confundirem com a entidade patro-

nal, sem se integrarem ao “sistema”, que é o objetivo da co-gestão. Porém o controlo operário também não é autogestão, porquanto o capitalista, mesmo se reduzindo no seu poder, continua a ser proprietário da fábrica, a dirigir a produção e o regime assalariado não é abolido”. (ABREU, 1979, p. 24)

Para os defensores da autogestão, o controle operário era entendido como “uma variante das formas capitalistas de gestão, correspondendo às formas mais desenvolvidas de mais-valia relativa. Trata-se do controle direto dos operários por ex-operários transformados em gestores do capital” (BRUNO, 1983, p.101). Na verdade, a velha polêmica entre a esquerda estava centrada na questão do Estado, bem como nos papéis que exercem (ou não) os partidos e os sindicatos na organização dos trabalhadores. Importante destacar que as divergências no seio da esquerda assentavam-se nas divergências históricas entre marxistas, leninistas, maoístas, sociais democratas, trotskystas, anarquistas e suas respectivas divisões internas. Criticado por alguns **setores** por querer implantar um ‘capitalismo de Estado’, e, por outros, pelo fato de participar do Governo Provisório, o Partido Comunista Português – PCP, por exemplo, passou a sofrer uma pesada campanha e a ser considerado o grande ‘vilão da história’ (ofuscando até mesmo o “brilho” dos fascistas, dos liberais e, em última instância, dos próprios capitalistas). Ainda hoje, a grande questão é quem decide e com quais critérios se decide quem são os ‘verdadeiros revolucionários’, quem são os ‘reformistas’ e quem são os ‘traidores da classe operária’, ou seja, como cada grupo político compreende o que é tático e o que é estratégico nos processos de transformação social.

Sem desconsiderar as divergências entre as forças políticas que disputavam o processo revolucionário em curso – PREC, sobre as quais voltaremos a tratar, pensamos que, sob forma de luta de resistência, manifestações, greves, operação tartaruga, controle operário ou autogestão,

“A luta é a escola dos trabalhadores; é através dela que se avança ou se recua: é através dela que a classe trabalhadora descobre as contradições dos explorados e as põe a nu; é também na luta que os trabalhadores descobrem as suas próprias contradições e as ultrapassam”. (PIRES, s/d, p. 9)

Olhando ‘olho no olho’: o projeto político-pedagógico do Combate

Destacamos a mediação do Jornal Combate na formação dos trabalhadores que ocuparam fábricas e instauraram o regime de autogestão. Publicado entre junho/1974 e fevereiro/1978, o periódico opunha-se às tentativas de implantação de um ‘capitalismo de Estado’ e estimulava práticas de organização autônoma da classe trabalhadora. Sob o slogan *a libertação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores*, vislumbrava a generalização da autogestão econômica no conjunto da sociedade. Bruno nos permite o acesso aos fundamentos políticos desse periódico, considerado “porta-voz da experiência autonomista dos trabalhadores portugueses, onde personagens e acontecimentos empurram-se literalmente uns aos outros para

fora das páginas; onde imagens e falas se sobrepõem na desordem revolucionária” (1983, p. vii). Em síntese, a orientação política do periódico pode ser considerada como aquela que está calcada nos fundamentos gerais do anarquismo: a edificação do comunismo libertário passaria pela eliminação de todas as formas de governo, de qualquer tipo de coerção e hierarquia entre os indivíduos; a autoridade, bem como qualquer possibilidade de dominação, sejam elas advindas do capitalismo ou do estadismo, são consideradas perversas e perniciosas ao pleno desenvolvimento do ser humano.

De acordo com o Ponto 11 do Manifesto do Combate⁵, a ‘Batalha da Produção’, lançada pelo MFA e apoiada pelos Partido Comunista Português – PCP e pelo Partido Socialista – PS “*é uma palavra de ordem reaccionária que visa convencer os explorados a incentivar a produção da mais-valia*”. Quanto ao saneamento, o Ponto 6 alertava que, ao invés de ‘trocar padrões autoritários por padrões bonzinhos’ ou substituir um ‘mestre carrasco por um mestre simpático’, o desafio dos trabalhadores deve ser a “*luta pelo controlo e gestão de todo processo económico*”. Daí a luta intransigente do Combate pela ação direta e autônoma dos trabalhadores, sem a participação dos sindicalistas (‘burocratas’), dos partidos e outras organizações (‘burguesas e/ou reformistas’) que pudessem estabelecer algum tipo de vínculo com o Estado. Afinal, como pregava o jornal, referindo-se ao PCP e ao PS, “*os representantes dos trabalhadores não participam nos governos da burguesia*” (Editorial do n. 5, de 2 de julho de 1974). Daí também, a luta intransigente contra as forças políticas que sucumbiram frente ao contragolpe militar de 25 de novembro de 1975, de cunho conservador, que pôs fim ao que se denominou ‘período revolucionário em curso – PREC’. Dado que todo Estado é Estado de uma classe, as políticas de Governo Provisório eram estratégias que visavam canalizar as lutas populares para o projeto de reconstrução da economia nacional. Reivindicações de caráter econômico, como melhoria das condições de vida e de trabalho, não colocariam em cheque o modo de produção capitalista.

O Combate ‘dava a voz’ aos trabalhadores para que tornasse público os saberes até então construídos no e sobre o processo de autogestão. Para “*confrontar e popularizar experiências de luta, que é um dos objetivos do Combate*” (n. 7, de 27 de setembro a 3 de outubro de 1974)’, transcrevia os comunicados de Comissões de Trabalhadores, divulgava as lutas sociais nas empresas, fazia entrevistas individuais e coletivas com os seus protagonistas. Até o final do período revolucionário em curso – PREC haviam sido promovidas e publicadas sete mesas redondas, envolvendo trabalhadores de 20 empresas e representantes de duas comissões de moradores. Devido aos limites de espaço desse artigo, nos restringiremos à Mesa-Redonda n. 1, complementando-as com os comunicados e as entrevistas aos trabalhadores que dela participaram.

Nossa intenção não é tratar dos casos isolados, mas perceber como os saberes advindos dos processos de autogestão, mediados pelo Jornal Combate, vão se con-

⁵ Em formato de cartaz, o Manifesto do Combate, contendo nove pontos sobre sua postura frente ao PREC, foi publicado no primeiro número do jornal (21 de junho de 1974). Posteriormente foram acrescentados mais dois pontos, publicados no n. 6 (13 a 27 de setembro de 1974) e no n. 29 (de 31 de outubro a 13 de novembro de 1975), respectivamente. Também consta no n. 29 uma alteração no título do Ponto 1.

frontando e se articulando, de maneira a criar um novo saber que pudesse repercutir em novas práticas sociais. Nessa perspectiva, vejamos um trecho do diálogo publicado no Combate (n. 8, de 11/11/1974), no qual as trabalhadoras das indústrias têxteis SOGANTAL e CHARMINHA trocavam saberes sobre o processo de trabalho autogestionário que recém experimentavam:

S- Há uma coisa que nós não percebemos bem. Vocês têm duas comissões. Uma comissão de pessoal e uma comissão administrativa. O que é a comissão administrativa? Ela foi eleita por vocês?

CH – São os de lá de cima. Foi eleita por nós.

S – Mas vocês dizem que elas não se interessam pela luta. Quais são os salários delas?

CH – Entre os seis e os oito contos.

S – E quem é que paga os salários delas?

CH – Somos nós.

S – E vocês ainda querem isso? Vocês não veem que elas vos estão a explorar a vocês? Elas estão a ganhar sete contos e vocês estão a ganhar muito menos do que elas. Aquilo que elas estão a ganhar devia ser distribuído por vocês, já viram bem?

CH – Elas só sabem vir cá abaixo para mandar na gente.

S – E porque é que elas vos fazem isso?

CH – Porque são patroas e nós somos escravas.

S – Mas são as patroas porquê? Porque vocês consentem que haja patroas cá na fábrica!

As trabalhadoras da SOGANTAL parecem ser ‘mais experientes’ que as da CHARMINHA, ou pelo menos mais ‘combativas’. As primeiras descobriram que no processo autogestionário não cabe a distinção entre concepção e execução, tampouco o controle do trabalho alheio; os frutos do trabalho devem ser distribuídos igualitariamente. Em entrevista concedida ao Combate, afirmava-se que *“como em todas as fábricas há dois partidos, o das encarregadas e o das operárias”*, o que significa reconhecer que a divisão do trabalho não se resume a uma questão técnica. Não por causalidade, a tal encarregada e o gerente (que são portugueses), *“à frente das operárias, só falavam em francês”*. Também para as operárias da CHARMINHA parece claro que, sob a lógica do capital, aqueles que ocupam cargos administrativos constituem-se como intermediários entre capital e trabalho. A definição dos cargos de mando tem como critério a capacidade de controle do trabalho alheio, tanto que a encarregada *“era uma miúda de 19 anos que não percebia de costura, nem percebia de confecção”* (Combate, n.1, de 21/06/ 1974). Como em dois anos havia sugerido a demissão de cerca de duzentas pessoas, as operárias reivindicavam, por questões político-ideológicas, o seu ‘saneamento’.

Parece existir certa arrogância por parte das operárias da SOGANTAL. Em outro trecho, dirigindo-se às operárias da CHARMINHA, afirmam: *“Vocês reconhecem que estão a ser exploradas por elas, mas estão sem fazer nada. E continuam limitadas ao que elas querem. Se elas chegarem aqui e vos mandar trabalhar, vocês*

trabalham, não?”. Charlot (2000) denomina ‘relações de saber’ as relações em que a hierarquia de saberes é legitimada pela posição que cada um ocupa no processo educativo/produtivo. Mas, se todas pertencem à classe trabalhadora, o que as distinguiria? Todas pertencem ao gênero feminino e sofrem as consequências de ‘ser mulher’ numa sociedade patriarcal; sofrem com a entrada precoce no mundo do trabalho e exclusão dos bancos escolares. Embora os processos autogestionários derivem de lutas para garantir postos de trabalho e conquistar melhores condições de trabalho, tratam-se de experiências singulares, marcadas pelas experiências de vida das mulheres-trabalhadoras.

As operárias da SOGANTAL tinham entre 14 e 24 anos de idade, o que não significa dizer que tinham pouca experiência como trabalhadoras assalariadas. O vigor da juventude certamente lhes favoreceram ‘jogo de cintura’ para resistir às dificuldades e inventar um processo ao avesso da lógica do capital. Ousavam *“pensar mudar o tipo de confecção, pois os fatos de treino em Portugal não têm muita saída”*; ousavam tomar conta da contabilidade: *“algumas de nós tem curso comercial completo ou quase e há outras pessoas que estão dispostas a ajudar-nos”* (Combate, n. 1, de 21/06/1974). As mulheres da CHARMINHA, com a média de idade mais alta, algumas com 60 anos, ‘não faziam por menos’: paralisaram o trabalho e exigiram o ‘saneamento’ de uma chefe de linha. Ao mesmo tempo, solidarizaram-se com outro chefe de linha, ameaçado de demissão. Até novembro de 1973, a produção não ultrapassava 800 peças mensais, com seiscentas horas extraordinárias de trabalho. Com o novo chefe ameaçado de ser demitido pelos patrões, a fábrica passou a produzir 5.700 peças, sem qualquer horas extras. Foi em defesa desse trabalhador, deixado de ser considerado ‘chefe’, que elas *“opõem ao seu despedimento e perante à ameaça da fábrica ser fechada, ocupam as instalações no dia 24 de maio.”* (Comunicado aos Trabalhadores, 29/07/1974). Mais além de uma solidariedade entre os trabalhadores em defesa de seus postos de trabalho, iniciava-se a construção da solidariedade de classe.

A luta das mulheres da CHARMINHA, como da SOGANTAL, nos ensina que, como processo educativo, o desafio dos processos produtivos é que cada operário possa se tornar ‘governante’ e controlar aqueles que transitoriamente governam (GRAMSCI, 1982). Trata-se, portanto, de construir a horizontalidade entre ‘governados’ e ‘governantes’. Mais um trecho da mesa-redonda entre as operárias das duas indústrias têxteis, publicada pelo Combate (n. 8, 11/10 a 24/10 de 1974), permite-nos tirar ‘lições’ sobre a importância do não isolamento das luta da classe trabalhadora:

CH – *Vocês têm é muita malta a apoiar [a luta de vocês].*

S – *Muita mesmo. É comunistas, é socialistas, MRPP, tudo.*

CH – *Nós temos tudo contra nós. Aqui na Pontinha é tudo assim. Criticam as mulheres casadas, que se tivessem vergonha iam para casa e tudo coisas assim.*

S – *Vocês fizeram comunicados?*

CH – *No jornal e tal.*

S – *Então e os partidos?*

CH – Nenhum partido ainda nos procurou.

S – Nem nunca foram a comícios falar?

CH – Não. Há aqui também uma coisa que é contra nós. É que a maioria é casada e tem marido e filhos. Quando há comícios ou qualquer coisa só vão duas ou três, ninguém pode ir.

S – Não vão porque não se dispõem a ir.

S – Se dissessem: vamos aqui ou vamos ali, iam mesmo.

S – Na Sogantal, quando vai, vai tudo!

S – Nós quando há manifestações, fazemos cartazes, não só para nós como para outras fábricas.

A crítica demonstra claramente a dificuldade das jovens da SOGANTAL em entender as condições objetivas e subjetivas de vida das operárias da CHARMINHA. No entanto, foi significativa a capacidade das trabalhadoras da SOGANTAL de divulgar suas lutas, tornarem-se manchete de jornal, contar com o apoio de outras comissões de trabalhadores e moradores, partidos, sindicatos e da população onde estava situada a fábrica. Contrariando a perspectiva política do Combate, apelaram e obtiveram a intervenção do Movimento das Forças Armadas (MFA) para impedir que os empresários, de forma violenta, retomassem o maquinário da fábrica. Fernanda Abreu, então delegada sindical da SOGANTAL e posteriormente diretora do Sindicato dos Têxteis analisa: *nós cometemos muitos erros, como era natural, porque éramos inexperientes e a única coisa que sabíamos era trabalhar (...) a idade da irreverência ajudou muito* (BRINCA E BAÍA, 2001, p. 93). Sendo a luta a ‘escola dos trabalhadores’, os comunicados da SOGANTAL finalizavam com palavras de ordem que se alternavam entre “*A nossa luta contra a exploração capitalista continua; “Pela revolução socialista”, “Pelo poder para mãos dos trabalhadores” e “A luta da classe trabalhadora dever ser obra de todos os trabalhadores”*. Quanto à CHARMINHA, ao contrário da orientação do Jornal Combate, as operárias reclamavam a ausência dos partidos políticos no apoio às suas lutas. A idade avançada pressupunha um leque mais amplo de saberes do trabalho, enquanto anunciava uma série de valores e situações familiares que poderiam limitar a luta. Isso não impedia a compreensão dos significados do processo revolucionário em curso; não por acaso, suas palavras de ordem eram *Contra as intimidações imperialistas do desemprego e Contra a exploração capitalista*.

Saberes do trabalho associado, educação e mediação

Como seres sociais, os trabalhadores estabelecem, individual e coletivamente, conexões de práticas e de saberes adquiridos e produzidos nos diferentes espaços e tempos da formação humana. Como construção histórico-social, os saberes se tecem na coletividade (e, por isso não podem ser propriedade privada de um grupo ou classe social). Também no processo de produção de saberes do trabalho associado é preciso considerar as mediações da escola, família, igreja, sindicatos, associações de moradores, agremiações políticas, instituições governamentais etc. Mediados pelo Combate os processos educativos se manifestavam, de um lado, pelo esforço dos trabalhadores e trabalhadoras para mobilizar os saberes necessários para gerir

as unidades produtivas e, por outro, pelo aprendizado de relações econômico-sociais mais amplas, proporcionadas pelo processo revolucionário em curso. Os saberes do trabalho associado iam se tecendo no chão da fábrica, no cotidiano da luta política e ao, mesmo tempo, no cotidiano da luta pela sobrevivência. Os saberes técnico-políticos, ora se confrontavam, ora se complementavam.

No contexto do PREC, os movimentos populares buscavam administrar a vida no campo e na cidade, (re)construindo o sentido do trabalho e das relações sociais. Nesse sentido, além dos saberes necessários para gerir o processo de trabalho e colocar os meios de produção a serviço da classe trabalhadora, é preciso considerar as dimensões educativas do conjunto dos movimentos sociais e, assim, redimensionar o conceito de 'saberes do trabalho associado', incluindo nele o conjunto de saberes mobilizados no *trabalho de produzir a vida associativamente*. Esse conceito também abrange os saberes formalizados nos fóruns coletivos que articulam as experiências de trabalho associado, bem como aqueles produzidos no âmbito da pesquisa e produção científica do conhecimento acerca das dimensões técnicas, políticas, econômico-filosóficas e culturais do fazer/pensar/refazer o cotidiano do trabalho associado e sua relação com o processo mais amplo de produção da vida social (FISCHER E TIRIBA, 2009). Se toda formulação teórica, todo conceito precisa ser nutrido de materialidade, vale registrar que ao criar um 'fórum de discussão' sobre autogestão, o Combate contribui sobremaneira para a socialização e sistematização desses saberes.

Ao fazer um balanço dos processos autogestionários em Portugal, o *Colectivo do Porto do Combate* assinalou que a autogestão ocorreu "*em indústrias relativamente 'pobres', de técnica simples, de aprendizagem fácil por parte dos trabalhadores sem preparação prévia especializada*". (Combate, n. 23, de 16 de maio de 1975). Foram nos setores da indústria têxtil, indústria de mobiliário e laticínios onde, preponderantemente, se deram as ocupações de fábrica e, em seguida, a autogestão operária. Nessas indústrias, "*o circuito de produção e comercialização é breve, não implica grandes processos e intervenientes intermédios*". Isto significa dizer que "*adquire-se o pano, tece-se uma peça de pano, que nessa ou outra fábrica está pronta para a confecção; adquire-se a madeira e poucos mais materiais – faz-se um móvel pronto para o mercado*." Embora não possamos nos deter nesse momento, pensamos que mesmo restritos ao 'trabalho simples' (MARX, 1980) ou utilizando-se de meios 'rudimentares' de trabalho, "a base técnica da produção torna-se 'nova', à medida que "ensaíam uma maneira de produzir suas necessidades materiais e espirituais a partir de novos parâmetros de convivência. O novo está, exatamente, na qualidade das relações sociais de produção que são estabelecidas" (TIRIBA, 2001, p. 321).

No projeto político-pedagógico do Combate, o jornalismo se constitui como uma forma de militância de seus redatores, os quais eram considerados como "*a caneta das massas trabalhadoras e das suas vanguardas em luta, com o objetivo de se inserirem nas lutas como o peixe na água*" (Editorial do n. 1, de 21 de julho de 1975). Outra característica do projeto político-pedagógico, declarado no Editorial do n. 5, de 27 de julho de 1974, é que "*só é jornal dos trabalhadores aquele onde os trabalhadores livremente escrevem*" (Editorial do n. 5, de 27 de julho de 1974),